



Encontro
da **Rede** **10**^o
de **Estudos Rurais**

**“Terra, Fome e Poder:
Desafios para o rural contemporâneo”.**

27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos - SP

A DEFESA DO TERRITÓRIO: O CASO DO CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA VICENTE NICA

Camila da Silva Freitas¹

GT 10: Movimentos Sociais e disputas territoriais e ambientais no Brasil contemporâneo

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar os fatores que influenciaram a alteração da linguagem do direito ao acesso a terra para a linguagem da conservação ambiental, olhando especificamente para uma organização social denominada Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), com sede no município de Turmalina, alto Jequitinhonha, Minas Gerais. Utilizou-se como metodologia algumas entrevistas, fontes bibliográficas, análise documental da fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Turmalina e do CAV. A mudança na pauta de luta (do direito ao acesso a terra para a conservação dos recursos naturais) legitimam e congregam a sustentação do território, este entendido aqui como um produto histórico, processos de apropriação, controle, usos e atribuição de significados sobre uma parcela do espaço.

Palavras-chave: vale do Jequitinhonha, território, movimento social rural, Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica

¹ Unicamp, camilasfreitas8@gmail.com

INTRODUÇÃO

O vale do Jequitinhonha está localizado na porção nordeste do Estado de Minas Gerais. Subdivido em alto, médio² e baixo vale, é parte importante da história de Minas Gerais e do Brasil. A região foi marcada pelo ciclo do ouro e diamante, cujo esplendor terminou no século XVIII; no século XIX diversos viajantes como Auguste Saint-Hilaire, Spix e Martius deixaram relatos detalhados do ritmo de vida e do declínio da mineração (RIBEIRO, 2013).

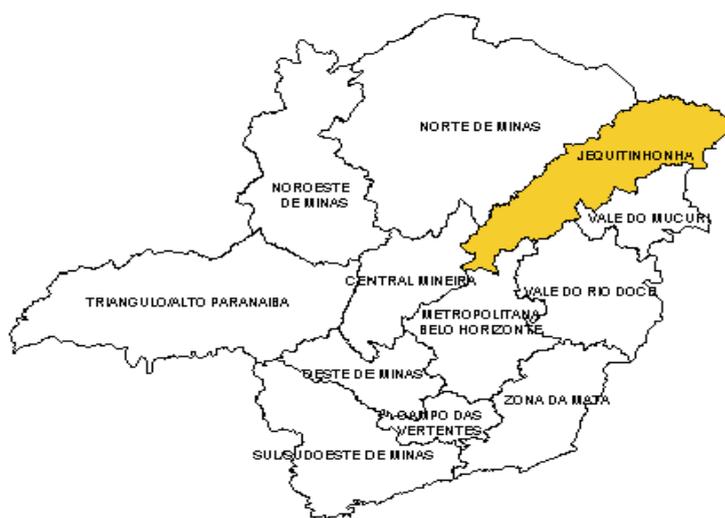


Figura 1. Mapa de Minas Gerais, em destaque a região do vale do Jequitinhonha. Fonte: IBGE, 2016.

O histórico de ocupação das terras e a estrutura fundiária são bem diversos na porção do alto Jequitinhonha, que se encontra acima da foz do rio Araçuaí e do baixo Jequitinhonha, que se encontra na porção abaixo do rio Araçuaí.

Graziano (1983) fez essa distinção entre o alto e baixo Jequitinhonha em termos de *Geraes* e *Minas*. A região de *Geraes* seria o baixo Jequitinhonha, e a

² Alguns autores diferem apenas a região do alto e baixo Jequitinhonha. A subdivisão incluindo mais uma região, a do médio Jequitinhonha, se devem fundamentalmente à divisão do Estado em termos de políticas públicas. Nesse texto, optei em trabalhar apenas com a divisão entre alto e baixo Jequitinhonha para esclarecer a diferença de formação do campesinato e estrutura fundiária.

região de *Minas*, o alto Jequitinhonha. O autor também relatou sobre a ocupação desses espaços e como a diversidade de ocupação entre um e outro tornou diversas também as formas de reprodução social de seus habitantes.

O *geraes* foi povoado no século XVIII, principalmente pela criação de gado para abastecer o ciclo da mineração. A estrutura fundiária foi marcada pela abertura da fronteira agrícola. Orientados pela fertilidade das matas do baixo Jequitinhonha, ao longo e especialmente no fim do século XIX, lavradores migrantes do alto Jequitinhonha, sul da Bahia e norte de Minas se aventuravam por essas matas em busca de terras férteis para a produção e criação de gado. A formação das fazendas foi marcada então pela permanência em determinada área. Esse fluxo migratório durou aproximadamente um século. (GRAZIANO, 1983; RIBEIRO, 1996; RIBEIRO, 2013).

A região das *minas*, teve sua ocupação também no século XVIII, mas como importante e rica área de mineração de ouro e diamante. O ritmo e a expansão do povoamento foram se dando pelo rastro do ouro e diamante.

Uma agricultura de subsistência foi sendo concomitantemente formada. A dinâmica dessa agricultura ganhou novos contornos após a decadência da mineração em fins do século XVIII e começo do século XIX, passando a ser então a principal atividade a ser exercida pelos homens livres, trabalhadores, escravos, que não deixaram a atividade mineradora, mas esta passou a ser complementar à produção agrícola (GRAZIANO, 1983).

O direito costumeiro entre fazendeiros e posseiros, que reconhecia a posse da terra pelo trabalho nela investido, começou a ser ameaçado principalmente a partir da década dos 1970, quando empresas de eucalipto se instalaram na região, o que ocasionou um processo de mercantilização acentuado das mesmas;

concomitante a isso, as alterações na legislação trabalhista e a migração, colaboraram para as mudanças ocorridas nesse direito costumeiro que até então não só garantia posse e uso da terra, como “amansava” ou atenuava os conflitos agrários existentes.

Até a década dos 1970, havia na região do alto Jequitinhonha um modo de ocupação da terra baseada essencialmente no direito costumeiro, que era legitimado principalmente pelo trabalho e tempo investidos por uma família naquele determinado espaço. A coexistência entre fazendeiros e lavradores indicava maneiras diversas de ocupações da terra e relação entre eles (MOURA, 1988).

Nesse contexto, as formas mais comuns de ocupação da terra pelos lavradores foram descritas por Moura (1988) no seu estudo sobre as transformações nas relações de trabalho e produção dos lavradores do alto vale do Jequitinhonha a partir da década dos 1970. A autora descreveu três formas principais de acesso a terra e suas relações com trabalho, autonomia, liberdade e *cativeiro*. Esses lavradores eram denominados de maneiras diversas a partir da forma de acesso a terra e relação com os fazendeiros. A maneira pela qual eram estabelecidas o uso da terra eram variados, e quase nunca uso da terra era sinônimo de posse legal da mesma.

Os *posseiros* eram os lavradores que detinham determinado espaço de terra a partir de herança ou compra. Essas terras podiam estar documentadas ou ser áreas devolutas do governo. O domínio do fazendeiro em princípio não chegava aos *posseiros*, considerando que estes geralmente estavam afastados das fazendas.

Os *agregados* eram aqueles lavradores que tinham um *canto*, ou um *pedaço*. Essa denominação fazia referência à relação de agregação, vinculando a dominação do fazendeiro sobre o lavrador, por meio deste estar à *disposição* daquele. E nesse

caso, o espaço autônomo e por direito pertencente ao lavrador era o *canto*, ou *pedaço*, cujo direito está atribuído ao trabalho ali investido (roça, quintal, lavoura, casa) e aos serviços prestados ao fazendeiro (no sentido de estar á disposição de) (MOURA, 1988).

As transformações nas relações de trabalho e produção ocasionaram também alterações no modo de ocupação e uso do espaço. Para analisar as condições de reprodução camponesa na região mineira do Jequitinhonha, Graziano (1983) buscou compor um panorama do que eram essas formas de reprodução antes da investida capitalista da década dos 1970 e depois da mesma, que foi responsável por grandes transformações.

Nessa disputa por terra o autor distinguiu dois momentos marcantes: o declínio da mineração em fins do século XVIII, quando os coronéis incorporaram consideráveis extensões de terras com camponeses, e surgiram relações mais severas de dominação. A partir da metade do século XIX, com a estagnação econômica das fazendas, houve um alívio nesses sistemas de dominação, que colaborou com formas mais livres, autônomas e de organização social dos camponeses. Essa maior independência foi até a década dos 1970, com a expropriação capitalista.

As formas de acesso a terra nas décadas dos 1980/1990 não se alteraram consideravelmente. Essas formas de acesso a terra no alto Jequitinhonha estão fortemente ligadas a laços de parentesco, tornando as comunidades rurais quase sempre em comunidades de parentes. Isso faz com que a região possua um regime de terras denominado localmente de *terra no bolo*, que é uma terra de herança que está indivisa (GALIZONI, 2005).

A partir dessa contextualização, o objetivo do artigo é analisar os fatores que

influenciaram a alteração da linguagem do direito ao acesso a terra para a linguagem da conservação ambiental, olhando especificamente para uma organização social denominada Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, localizada no município de Turmalina, alto Jequitinhonha, Minas Gerais.

Especificamente o artigo descreve os atores presentes nesse momento de transição, suas pautas e reivindicações, contextualizadas em um movimento mais amplo de visibilidade da conservação ambiental no debate público.

Para sustentar os objetivos propostos, parto da hipótese de que a mudança da pauta de luta (do direito ao acesso a terra para a conservação dos recursos naturais) legitimam e congregam a sustentação do território, este entendido aqui como um produto histórico, processos de apropriação, controle, usos e atribuição de significados sobre uma parcela do espaço (GODÓI, 2014).

Analiso neste texto alguns acontecimentos que colaboram na compreensão da transição da linguagem de luta pela terra, para uma linguagem de conservação dos recursos naturais, quais sejam: a descrição da disputa por terra ocorrida em fins da década de 1970 em 2 comunidades rurais pertencentes ao município de Turmalina; a fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Turmalina, derivada desta disputa por terra e o desmembramento do Sindicato, que culminou com a fundação do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica.

Esses acontecimentos não estão isolados, ao contrário, estão localizados e contextualizados em debates, acontecimentos, atores externos ao ambiente local. A contextualização mais ampla é necessária para compreender/estabelecer a relação entre os acontecimentos analisados aqui e o contexto mais amplo.

Para essas considerações, tomo como referência metodológica algumas entrevistas feitas com agricultores que estiverem presentes nesses momentos,

fontes bibliográficas, análise documental da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turmalina e análise documental da fundação do CAV.

DESENVOLVIMENTO

Entre os anos 1970/1980, as comunidades rurais de Mato Grande e São Miguel, localizadas no município de Turmalina, eram marcadas pelo uso do espaço a partir das *posses*, sendo comum também as terras obtidas por herança, no sistema denominado localmente como *terra no bolo*. Em uma área de aproximadamente 9 alqueires, viviam várias famílias de posseiros e havia também a sede de uma fazenda: a fazenda dos França.

Os relatos das entrevistas e de fontes documentais, como o jornal Geraes³ relatam a existência de terras devolutas nessas comunidades. É difícil precisar a extensão de terras documentadas pela fazenda e pelos agricultores, considerando que a maior parte das áreas de chapadas eram terras devolutas.

De acordo com depoimentos de Vicente Nica a Margarida Maria Moura, até os anos 1940, não era comum os lavradores *trabalharem de condição*. Cada um tinha seu *situ* e eram autônomos. Com a chegada de Francisco França, filho do dono da fazenda, teve início a obrigatoriedade de que os agricultores que moravam próximos à sede da fazenda trabalhassem sob *condição*. Essa situação foi imposta aos posseiros de Mato Grande e São Miguel, sob a designação local de *contrateiros*⁴ (MOURA, 1988).

³ Jornal fundado em 1978 por um grupo de jovens do Vale do Jequitinhonha. Criado com o objetivo de ser uma ferramenta de denúncia política. Distribuídos gratuitamente em alguns municípios do vale do Jequitinhonha, teve circulação até 1985.

⁴ Segundo Vicente Nica e Boaventura Soares, um dos entrevistados por mim em abril de 2017, para os lavradores, esse sistema de trabalho era também um tipo de agregação, com a diferença da não disponibilidade de um lugar de morada por parte do fazendeiro.

Os conflitos iniciais se deram a partir da recusa de alguns lavradores em trabalhar para a fazenda sob essas condições, não reconhecendo o direito da fazenda àquelas determinadas áreas de terra. Muitos lavradores relatavam ter a titulação da terra e pagar impostos por ela. O conflito começou a se intensificar a partir do momento em que a fazenda começou a agir de forma mais violenta, queimando lavouras e roças para expulsar os lavradores de suas terras, soltando gado na lavoura dos agricultores, impedindo-os do acesso a água e às estradas.

A partir dessa disputa por terra entre os França e os posseiros de Mato Grande e São Miguel, que Vicente Nica e outros lavradores iniciaram a reivindicação dessas terras como legítimas dos posseiros (MOURA, 1993)

A justiça foi então acionada. Os posseiros perderam o direito às terras nas instâncias locais, recorrendo à instância regional, onde conseguiram o direito de posse e uso daquelas terras. Esse direito foi conquistado no ano de 1979, 4 anos após o início dos conflitos.

Foi portanto, pela junção desses fatores que o processo de organização política e reivindicação das terras começou. A perspectiva tanto da quebra de um direito costumeiro estabelecido, quanto a restrição/proibição do uso das áreas de chapadas, ameaçava a reprodução física, social, econômica daquelas famílias.

O episódio da disputa por terra ocorrido nas comunidades rurais de Mato Grande e São Miguel exerceu influência para a organização e mobilização dos lavradores para a fundação de um sindicato de trabalhadores rurais.

A notícia do número 1, volume 1, do mês de maio de 1978 do jornal Geraes relatou a reunião de 800 trabalhadores rurais reivindicando a criação de um sindicato dos trabalhadores rurais, desvinculando-os do sindicato patronal. Os principais argumentos em defesa da necessidade de criação de um sindicato

estavam relacionados com *“ampliação da consciência política, direito de liberdade, reivindicação e luta contra a tomada de terras das reflorestadoras”* (JORNAL GERAES, p.8).

Outra demanda recorrente para a fundação de um sindicato de trabalhadores rurais era a necessidade de apoio jurídico para as questões relativas ao direito às terras: na percepção dos lavradores, essa necessidade de apoio jurídico vinha principalmente como forma de se proteger das possíveis tentativas de tomada de terras pelas empresas de eucalipto.

Em entrevista a Margaria Moura, Vicente Nica conta que ele, como uma liderança rural, formado a partir dos ensinamentos das comunidades eclesiais de base, percebia a importância de um sindicato dos trabalhadores rurais para conscientizar a população rural de seus direitos de trabalho e terra, principalmente depois da pressão da chegada das reflorestadoras.

O Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) foi fundado em 1994 como uma Organização não Governamental. A instituição deriva do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turmalina, tendo como justificativa para a sua existência a demanda de atividades produtivas ligadas à conservação ambiental, atividades essas não abarcadas pelo sindicato.

De acordo com relatos de entrevistas com atores que estiveram presentes na fundação da instituição, havia, no momento que antecedeu a fundação do CAV, uma preocupação com a questão produtiva e de renda, que pudesse oferecer condições de permanência no campo para as famílias rurais. Essa demanda poderia ser atendida através de uma assistência técnica produtiva conservacionista, com vistas a conservação dos recursos naturais e valorização do conhecimento tradicional local, a considerar um dos objetivos constantes na ata de fundação da instituição: c)

melhorar e valorizar as condições de vida dos pequenos agricultores, respeitando sua cultura e o meio ambiente.

Em 1994 a equipe do STR Turmalina em virtude das crescentes demandas dos agricultores da região por assistência técnica e produtiva, aliadas à conservação ambiental decidiram fundar o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, caracterizado institucionalmente como uma Organização Não Governamental.

As atividades iniciais do CAV deveriam atender a demanda por tecnologia para a produção, embora a equipe técnica avaliasse que o acesso a tecnologia padrão e convencional não seria possível por diversos motivos: o primeiro deles se referia a impossibilidade dos lavradores terem o poder aquisitivo para modernizar suas técnicas de produção e por outro lado, a não significação dessa modernização para os lavradores, a partir da lógica de seus sistemas tradicionais de produção (entrevista com equipe técnica do CAV, 2020).

A alternativa para esse caso seria então adaptar técnicas inovadoras tomando como ponto de partida e referência o conhecimento tradicional dos agricultores. Nesse contexto, o sindicato disponibilizou algumas sementes para os agricultores, mas avaliava a necessidade de um trabalho mais intenso. Com a criação do CAV, a proposta de método de trabalho da instituição foi atuar a partir do conhecimento dos agricultores, buscando inovações técnicas que dialogassem com essa realidade descrita, com vistas à conservação dos recursos naturais.

O CAV atua diretamente em cinco municípios: Turmalina, Veredinha, Leme do Prado, Chapada do Norte e Minas Novas. Por atuar como unidade gestora do Programa um Milhão de Cisternas Rurais para o Semi-Árido brasileiro - P1MC, sua área de abrangência chega a 18 municípios, compreendendo o alto, médio e baixo vale: Almenara, Araçuai, Berilo, Cachoeira do Pajeú, Comercinho, Curral de Dentro,

Felisburgo, Francisco Badaró, Itaobim, Itinga, Jequitinhonha, Jenipapo de Minas, Jordânia, Medina, Pedra Azul, Rio do Prado, Santo Antônio do Jacinto e Virgem da Lapa.

Duas linhas de ação foram inicialmente propostas como parte do método de trabalho do CAV: a produção e a conservação ambiental. Considerando os altos índices de degradação do solo, percebido pelos agricultores como consequência das reflorestadoras, vinculadas também à diminuição das áreas disponíveis para produção, a demanda era por alternativas produtivas que levassem em conta a possibilidade de conservação dos recursos naturais. A proposta da instituição, nesse sentido, foi a de trabalhar a partir de técnicas já utilizadas pelos lavradores, atuar a partir de seus conhecimentos tradicionais, refletindo sobre as possibilidades de adaptar técnicas inovadoras a partir da tradição e do conhecimento dos lavradores.

Foi com esse objetivo que o primeiro eixo de ação do CAV, já em 1995 era priorizar técnicas de produção agroecológica e Sistemas Agroflorestais com o intuito de recuperação de áreas degradadas, aumento da produção dos lavradores e reconhecimento e valorização de seu conhecimento tradicional, considerando que as técnicas sugeridas pelo CAV em seus projetos de fomento são adaptações de técnicas já conhecidas e utilizadas pelos agricultores, a exemplo da roça de toco⁵.

A metodologia de trabalho do CAV a partir dessa linha de ação se referia a realização de trocas de experiências entre agricultores. Essa troca de experiências se dá através dos agricultores experimentadores: são agricultores ou agricultoras que são reconhecidos por seu conhecimento profundo em determinado assunto;

⁵ É um sistema de plantio que combina a recomposição natural de fertilidade da terra com a brotação natural da vegetação. Por isso, a cada dois anos, geralmente se deixa a terra em descanso (GALIZONI, 2005).

são pessoas que anterior à ação do CAV já realizavam técnicas inovadoras de conservação ambiental em suas comunidades. Então, a partir desses agricultores experimentadores, o CAV busca inovar na tradição, por meio de técnicas de produção conservacionistas.

Outra linha de ação que nasceu junto com o CAV foi a linha de geração de renda. Embora a temática surja com o problema da diminuição das terras disponíveis para a agricultura e o aumento da migração, as técnicas e os métodos para buscar alternativas de geração de renda e permanência no meio rural foram acontecendo à medida que a instituição ia atuando na região e também à medida que a demanda dos agricultores iam aparecendo de diversas maneiras.

Para a melhoria na renda dos agricultores, a iniciativa do CAV esteve relacionada com capacitações para escoamento da produção via feiras livres. Além disso, consideram-se capacitações para o fortalecimento da associação de feirantes e troca de experiências entre agricultores.

No ano de 2001, a instituição aprovou o projeto Biodiversidade, em parceria com o Centro de Voluntariado da Itália - CEVi e co financiado pela União Européia. O projeto foi executado entre 2001 a 2006, era baseado na perspectiva de conservação de fontes de água e uso de tecnologias adaptadas à convivência com o semi-árido.

A existência do CAV, bem como sua perspectiva de ação estão envolvidas em um contexto mais amplo no debate sobre conservação dos recursos naturais.

Brandenburg (2005), considera que o tema do meio ambiente começa a emergir no contexto da modernização agrícola, a partir da década dos 1970, momento em que as questões/críticas relacionadas ao padrão de desenvolvimento fundamentalmente enraizado na primazia instrumental aparece com mais força.

Anterior a esse processo, os movimentos sociais rurais eram pautados essencialmente pela luta do direito de acesso a terra.

O movimento de construção de uma agricultura alternativa surge como questionamento tanto das políticas agrícolas modernizantes quanto do modelo de produção proposto, que resgata práticas tradicionais de produção.

Porem, é a partir da década dos 1990, que a questão ambiental na agricultura ganha novos contornos com os debates da Eco 1992⁶, quando a sociedade civil organizada, que se sente reforçada nas suas estratégias de ação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender o processo de organização política que se deu a partir de uma disputa por terra, é necessário compreender o significado dessa terra e de seu uso para aqueles lavradores. Como analisou Galizoni (2005), "Definir terra, no Jequitinhonha, é compreender sobre seus usos e a relação dos agricultores com o ambiente".

O uso combinado entre grotas e chapadas, as distinções entre uso, posse, propriedade, a distinção entre as variadas formas de acesso a terra, garantido pelo direito costumeiro e pelo trabalho investido naquela terra, fazem parte das variadas dimensões do que compõe a categoria terra para esses lavradores e como essa composição é o que proporciona as formas de sua reprodução social, econômica, cultural. No momento em que essas definições e usos da terra são ameaçados, são ameaçados também as formas de reprodução desse campesinato.

Portanto, perder a terra, não significava somente ser privado de um espaço

⁶ Uma das principais conferências sobre o meio ambiente. Realizada pela Organizações das Nações Unidas (ONU), em 1992, no Rio de Janeiro.

para produção, mas significava não ter liberdade, não ter reconhecido seu lugar de pertencimento e cultura.

Portanto, o lugar é central para a organização social e construção identitária, onde é construído o território, compreendido aqui como apropriação, controle, usos e atribuições de significados (GODÓI, 2014).

Esse território é defendido com linguagens diversas, em diferentes contextos. Se no contexto da modernização agrícola e com a chegada dos eucaliptais, era importante defender esse território pela linguagem do direito ao acesso a terra, no contexto da ampliação dos debates sobre conservação ambiental, é importante continuar essa defesa por essa linguagem.

Nesse sentido, os movimentos sociais rurais parecem ter encontrado o momento propício para usar a linguagem do direito ao acesso a terra ou a linguagem da conservação ambiental.

O que o artigo se propôs a considerar/analisar é que em um caso ou em outro, as diferentes linguagens indicam a defesa do território, que também é organizado discursivamente, defesa essa que é feita também considerando a ligação a lugares preciosos, resultado de um longo investimento material e simbólico e que se exprime por um sistema de representações. A defesa do território é, portanto, a defesa de um modo de vida.

Essas considerações são significativas no debate sobre a emergência da conservação ambiental. Através de seus eixos temáticos, o CAV expressa pautas e reivindicações de variados tipos de ações ecológicas no meio rural, congregando tanto ações de conservação, preservação e gestão do ambiente natural quanto ações voltadas às mudanças de padrão de produção, buscando alternativas ecológicas. (Brandenburg, 2005). O território se mostra, assim, um conceito que

possibilita compreender a luta pela reapropriação social da natureza. (GONÇALVES, 2012).

REFERÊNCIAS

BRANDENBURG, A. Ciências Sociais e Ambiente Rural: principais temas e perspectivas analíticas. *Revista de Ambiente & Sociedade* – Vol. VIII n°. 1 jan./jun. 2005.

GALIZONI, F. *Águas da vida: população rural, cultura e água em Minas*. Campinas, SP, 2005. 308p.

GARCIA, Jr.A. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1983. 236 p. Série Estudos sobre o Nordeste; v.8).

GERAES, *a realidade do Jequitinhonha*/Organizado por Aurélio Silby, George Abner e Tadeu Martins – Belo Horizonte: NEOPLAN, 2011. 224p.:il;29 cm.

GODOI, E.P. *Territorialidade*. In: Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa / org., Livio Sansone e Cláudio Alves Furtado ; prefácio, Lilia Moritz Schwarcz ; apresentação [feita pelos organizadores], com a colaboração de Teresa Cruz e Silva.- Salvador: EDUFBA, 2014. 494 p.

GRAZIANO, E. As condições de reprodução camponesa no vale do Jequitinhonha. *Perspectivas*. São Paulo, 6, 85-100, 1983.

MOURA, M.M. *Os deserdados da terra: lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro, RJ. Bertrand Brasil, 1988.

MOURA, M.M. *Vicente fala, uma mão na terra e a outra no coração: a luta camponesa no vale do Jequitinhonha*. Entrevista de Vicente Nica a Márcia Alves, Margarida Maria Moura, Sônia Lacerda e Eduardo Graziano. Coleção colecionando conhecimentos. Instituto de Apoio Jurídico e Popular, 1993.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*, v. 9, n. 1, p. 16-50, 2012.

RIBEIRO, E. *Estradas da vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri*, Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. 348 p (Humanitas).

RIBEIRO, E. *Lembranças da terra: histórias do Jequitinhonha e Mucuri*. Centro de documentação Eloy Ferreira da Silva. Contagem, MG. 235 p. 1996.